



Belém (Pa), 02 de junho de 2004

Exma. Sr^a Marina Silva
Ministra do Meio Ambiente

Como é do conhecimento público, está em tramitação no estado do Pará, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), a proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que irá definir as estratégias mais adequadas de intervenção governamental para o desenvolvimento das diferentes meso-regiões do Estado.

O Fórum da Amazônia Oriental – FAOR e a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG Amazônia enquanto instituições articuladoras de 80 entidades da região (organizações não governamentais, associações, pastorais sociais, sindicatos e movimentos sociais), entendem que o ZEE é de suma importância para a sustentabilidade social e econômica da população paraense, por isso vem através desta carta manifestar sua preocupação quanto a metodologia que vem sendo utilizada para a implementação da proposta de ZEE no Estado do Pará, posto que:

1. A participação social direta no processo de elaboração e execução do Zoneamento Ecológico-econômico é condição intrínseca, caso contrário estar-se-á criando mais um mecanismo tecnocrata que reforça a exclusão social no processo de transformação da sua realidade consolidada na sociedade brasileira;
2. A metodologia utilizada pelo Governo do Estado na elaboração de sua proposta é inadequada e de baixa precisão na mensuração da diversidade dos biomas do Estado, uma vez que a escala do "macro zoneamento" não permite uma visualização precisa das variáveis sócio-econômica-ambientais e culturais local, que precisam ser diagnosticadas e analisadas, deixando para segundo plano o enfoque operacional local e municipal;
3. As análises relativas a esfera sócio-cultural e ambiental precisam ser produzidas de forma interdisciplinar, valorizando-se os conhecimentos das populações locais e tradicionais, o que não foi processado.

O Governo do Estado elaborou uma proposta de macro-zoneamento sem que para tanto, envolvesse de forma ampla e participativa os demais segmentos da sociedade, quer públicos, quer privados na sua construção. Ocorre que para que as propostas de ZEE dos Estados tenham legitimidade junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), faz-se imprescindível que seja garantida em sua formulação e execução, a participação da sociedade civil, o que de fato não ocorreu. Nas reuniões realizadas pelo Governo do Estado na Assembléia Legislativa do Estado, com o Ministério Público Estadual, Instituições de Ensino e Pesquisa, organizações de classe empresarial e com as ONG's, nas quais houve meramente uma exposição técnica da sua proposta de macro zoneamento para o Estado do Pará, entendida esta, de forma equivocada como participação da sociedade em sua formulação, em que a apresentação da proposta foi feita e nada mais se pode fazer, tanto pelo caráter altamente técnico da proposta apresentada, o que inviabilizou um entendimento majoritário dos participantes; quanto pelo fato deste material não ter sido disponibilizado com a antecedência necessária para que fosse possível discuti-lo previamente, o que possibilitaria um debate mais consistente sobre a proposta.

Este fato nos conduz a mais um problema que se apresenta na proposta de ZEE do governo do Estado, qual seja, o de considerar, unicamente, o caráter técnico como embasamento para essa formulação.

Av. Senador Lemos, 557 – Umarizal, Cep: 66.050-000.
Fone: (091) 261 4334 ou E-mail: faor@faor.org.br
Belém – Pará – Brasil www.faor.org.br

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	___/___/___
Cod.	3115/___



O objetivo da planificação do território não é desenvolver um conhecimento científico deste, e sim, ordená-lo de maneira que haja aplicação efetiva de suas decisões ou políticas. Para tanto, somente a análise científica não é suficiente, posto ser necessário dispor de outro tipo de informações, sejam elas empíricas ou adquiridas ao longo de prazos extensos pelas populações tradicionais locais no seu dia-a-dia de uso do seu território e de seus recursos. A proposta do Governo do Estado permite alcançar um conhecimento "de fora para dentro" sobre a estrutura e as dinâmicas do quadro natural e social, muito embora não garanta a interdisciplinaridade em suas análises e não permita uma correta intervenção no território pesquisado.

A intervenção, seja por ordenamento territorial, seja pelo planejamento regional ou nacional, deve levar em conta todos os problemas e aptidões (potencialidades), e para isso, o ponto de vista de outros técnicos que não da área ambiental, assim como a vivência dos usuários, é indispensável. A integração deste tipo de informação prática permite se ter uma visão mais integrada e mais dinâmica que até possibilita iniciar um processo compartilhado de acompanhamento e avaliação.

O ZEE não pode ser um processo isolado, pois faz parte de um método amplo de diagnóstico de situação. É um instrumento de reflexão, de análise, de identificação e de hierarquização de problemas, assim como de formalização e de organização de informações e conhecimentos. Uma vez que ele analisa um espaço delimitado, permite localizar e espacializar as informações e os fatos. Sendo participativo, o diálogo que mantém com todas as partes, favorece a identificação de conflitos sobre o espaço e o uso de recursos, assim como as alternativas de soluções propostas.

Dessa maneira, o método a ser utilizado pelo ZEE deve estar baseado em uma partilha de conhecimentos e intercâmbios de informações entre técnicos e atores(as), valorizando todo tipo de informação existente, sejam elas mapas, informações de origem científica ou oficial e os conhecimentos dos atores(as) sociais que moram ou intervêm no território relacionado. Ter-se-á então, um zoneamento participativo.

No processo de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) Pará, é imprescindível que se garanta a participação eficaz da sociedade civil na tomada de decisões, pois se o zoneamento tem a ambição de ser mesmo uma ferramenta de planejamento, então deve envolver todos(as) os(as) atores(as) concernidos(as). Caso contrário, as medidas escolhidas ou as orientações definidas durante o processo de planejamento, terão um grau elevado de dificuldade nas suas aplicações; daí a permanente necessidade de controle e fiscalização por parte das instituições. A melhor maneira de aplicar uma política e obter sucesso delas, é certamente por meio do resultado de um processo de consulta e negociação.

Diante do exposto, manifestamo-nos no sentido de **propor que realmente seja efetivado um processo de participação social na elaboração do ZEE do Estado do Pará**, criando-se uma Comissão Estadual e promovendo as condições necessárias para isto, através de seminários locais, regionais e estadual, produção de cartilhas, conforme previsto na legislação estadual - Lei nº 6.506, de 02 de dezembro de 2002, Art. 10. Parágrafo único. Aguardamos com brevidade o posicionamento,

Respeitosamente,

FAOR - Fórum da Amazônia Oriental
 www.faor.org.br - faor@faor.org.br - tel/fax: (91) 261 4334

ABONG - Amazônia Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
 abong@interconnect.com.br - Tel. (91)2292210

**Av. Senador Lemos, 557 – Umarizal, Cep: 66.050-000.
 Fone: (091) 261 4334 ou E-mail: faor@faor.org.br
 Belém – Pará – Brasil www.fao.org.br**



ABONG



Entidades integrantes do FAOR e ABONG

AMBC – Associações do Moradores do Bairro da Castanheira	CPT – Xingu – Comissão Pastoral da Terra Região Xingu cptatm@amazoncoop.com.br
AEBA – Associação dos Empregados do Banco da Amazônia www.aeba.org.br	CPT-TO – Comissão Pastoral da Terra em Tocantins cptoc@cultura.com.br
ADSMAR – Associação de Desenvolvimento Solidário de Marituba	FEP - Fórum de Empreendedores Paraense
APA-TO – Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins apa-to@uol.com.br ou apatobico@uol.com.br	CTI – Centro de Trabalho Indigenista cti-ma@uol.com.br
APITO – Associação do Povos Indígenas Tradicionais - Maranhão	FECAT – Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará
APC – Associação Popular de Consumo	CUT-PA – Central Única dos Trabalhadores Pará esnuctpa@interconnect.com.br
ARGONAUTAS – Ambientalistas da Amazônia www.argonautas.org.br	DIEESE-PA – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos do Pará dieesepa@amazon.com.br
ATRVC – Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale da Corda atrvc@uol.com.br	FETAGRI-PA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará fetagri@amazon.com.br
CDHP – Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Palmas cdhp@uol.com.br	FANEP – Fundação Agroecológica do Nordeste Paraense
CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará cedenpa@amazon.com.br CEPEPO – Centro de Estudos e Práticas de Ensino Popular www.cepepo.org.br	FMAP – Fórum das Mulheres da Amazônia Paraense mcosta@fase-pa.org.br
CEFT/BAM – Centro de Estudos, Formação e Pesquisa dos Trabalhadores do Baixo Amazonas ceftbam@tap.com.br	FASE – Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional www.fase.org.br
CIMI – Conselho Indigenista Missionário / Belém e Transamazônica www.cimi.org.br	Fórum de Produção Rural do Baixo Amazonas
CDS – Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz	FVPP – Fundação Viver Produzir Preservar fvpp@amazon.com.br
CONSAÚDE/TO eduardo_manzano@uol.com.br	GEMPAC – Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central de Belém gempac@expert.com.br
COOPSERVIÇOS – Cooperativa de Serviços do Sudeste do Pará fetagri@skorplonet.com.br	GMB – Grupo de Mulheres do Bengui
ASSEMA – Associações em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão www.assema.org.br	APOLO – Grupo pela Livre Orientação Sexual grupo-apollo@bol.com.br paulolessajr@bol.com.br
CEDECA/EMAUS – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente www.emauscrianca.org.br	IESA – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Amapá www.iesa.org.br
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia www.ipam.org.br	MNLN-TO – Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins mnlmto@uol.com.br
JCSB – Juventude Cabocla Socialista de Belém	MNLM-PA – Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Pará



MAB-TO – Movimento de Atingidos pelas Barragens do Tocantins cirineumrocha@bol.com.br	MODERT- Movimento de Desenvolvimento da Região Tocantina
MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu fvpp@amazon.com.br	MOPROM – Movimento de Promoção da Mulher moprom@supridad.com.br
MEB-Marabá – Movimento de Educação de Base – Marabá mebmab@skorpionet.com.br	MPTA – Movimento pela preservação dos Rios Tocantins e Araguaia cdhp@uol.com.br
MMNEPA – Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense/mmnepa@chekup.com.br	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH
MMCC – Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade	SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos sddh@veloxmail.com.br
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha	STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapú
STR Santarém – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém str@stm.interconect.com.br	UNIPOP – Instituto Universidade Popular unipop@amazon.com.br
Instituto do Homem - Maranhão	Grupo de Apoio às Comunidades Carentes do Maranhão –GACC
Grupo de mulheres da Ilha	Associação Agroecológica TIJUPÁ
Rede Acreana de Mulheres e Homens RAMH	Centro de Direitos humanos e Educação Popular – CDDHEP
AGÁ & VIDA – Associação AGÁ & VIDA	CAC – Centro Alternativo de Cultura
Movimento República de Emaús	CVC – Centro de Valorização da Criança
APACC – Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes	CDSPM – Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Móz

Com cópia para:
 Ministério de Meio Ambiente
 Ministério Público Federal
 Ministério Público Estadual
 Banco Mundial
 Governo do Estado do Pará
 Imprensa